

Assentados e Bolsa Família: uma análise dos índices de famílias assentadas que recebem o benefício social.

¹Ananda da Silveira Viana . ²Leonilde Servolo de Medeiros

¹Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Sociais, ICHS/UFRJ; ²Professora do DDAS/ICHS/UFRRJ
Palavras-chave: assentamentos rurais; Bolsa Família; pobreza rural.

Introdução:

A comunicação, que faz parte das atividades que venho desenvolvendo como bolsista de IC no projeto Entre continuidades, mudanças e novas institucionalidades: políticas públicas e meio rural brasileiro (2003-2013), contemplado no edital Universal - MCTI/CNPq N° 14/2013, sob coordenação da professora Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ), tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre o motivo pelo qual, segundo dados do INCRA, quase metade das famílias assentadas atualmente no Brasil é beneficiária do programa de transferência direta Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família se tornou um dos principais meios de combate à fome e à miséria e de garantia dos direitos humanos à alimentação no Brasil, além de ter se tornado o maior programa de transferência direta de renda do Brasil. Marco Aurélio Weissheimer¹, com base em dados da PNAD (2004), que aponta a gravidade da pobreza no Brasil já no começo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, afirma, com base em dados do IBGE/MDS e PNAD de 2004:

Cerca de 14 milhões de pessoas convivem com a fome no país e mais de 72 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar [...]. Cerca de 3,4 milhões de pessoas convivem com a fome nas áreas rurais do país [...] e dos 72 milhões de brasileiros que vivem em situação de insegurança alimentar leve (PNAD/IBGE), cerca de 15,4 milhões de pessoas vivem em zona rural. (WEISSHEIMER, 2006, 67, 70/131).

O Bolsa Família também abarca famílias rurais, já que nesta área também se observa uma forte concentração de renda e níveis elevados de pobreza. A pobreza rural se define pela falta de acesso à terra, com dificuldades dos trabalhadores rurais viverem da sua produção agrícola, dificuldades de acessos a serviços sociais básicos e a políticas públicas voltadas a esses trabalhadores rurais pobres.

Metodologia:

A metodologia da pesquisa seguirá o método de abordagem dedutivo-hipotético, através do uso de bibliografia referente ao tema, levantando hipóteses sobre a relação dos assentamentos e seu desenvolvimento, com o índice de famílias assentadas que são beneficiárias do Bolsa Família.

Resultados e discussão:

No Brasil, segundo dados do INCRA², atualmente existem 9.256 assentamentos em todo o país e 969.853 famílias assentadas, das quais 395.867 recebem renda do Bolsa Família, ou seja, 40,82% dos assentados ainda vivem em situação de vulnerabilidade econômica. Esse valor nos mostra que, ou quase a metade das famílias que foram assentadas, mesmo após conseguirem o assentamento, não conseguiram estabilidade financeira suficiente para se manterem apenas com a agricultura, ou que as famílias que acabaram de ser assentadas ainda precisam de uma renda extra até ter uma estabilidade na produção agrícola do assentamento. Das regiões do país, o Nordeste é o que possui o maior percentual de famílias assentadas que são beneficiárias do Bolsa Família, com 53,28% delas dependendo de uma renda extra (dos 4.260 assentamentos, 323.280 famílias estão assentadas e 172.229 são beneficiárias do Bolsa Família). A região com o menor número é o Centro Oeste, com 24,13%. (que possui 1.254 assentamentos, 137.469 famílias assentadas e 33.178 famílias beneficiárias do BF). A segunda região é o Norte, com 42,96%. (INCRA/sd)¹.

As políticas de assentamento têm como objetivo proporcionar às famílias assentadas, além de redistribuição de terras às famílias rurais sem terras e intervenção na estrutura fundiária – que são feitas através do INCRA³-, mais acesso a políticas sociais que antes estavam fora de seu alcance, como saúde, educação, transporte, moradia, habitação, serviços públicos, alimentação, como afirmou Gerd Sparovek, (2003)⁴. Segundo este autor, os assentamentos no seu começo devem vir atrelados a políticas de apoio, com implantação de infraestrutura básica e crédito para impulsionar a produção, com o objetivo também de integrar os assentamentos no contexto regional, com acesso a serviços básicos e benefícios dos municípios. Por isso, os governos municipais têm como responsabilidade investir em infraestrutura fora dos assentamentos (estradas, por exemplo), como forma de aproximá-los da comunidade, dos centros urbanos, garantir uma boa produção agrícola, além de qualidade de vida das famílias assentadas. Para isso, é necessário o investimento em ações operacionais, como infraestrutura, sob responsabilidade dos municípios, e liberação de crédito e titulação e consolidação dos projetos, sob responsabilidade do governo federal, liberando créditos para a construção de casas, instalação da família e iniciação da produção agrícola. Da mesma forma, Leonilde Medeiros⁵, mostra que o assentamento não traz apenas o direito à terra, já que

Como assentados, essas populações acessam, além de um lote de terra por meio da qual podem garantir pelo menos uma parte de sua subsistência, benefícios dos quais estavam antes completamente excluídos. É o caso, por exemplo, do crédito para construção de moradia, para instalação e também para custeio da produção. Esses recursos estimulam a atividade econômica dos assentados e também um outro conjunto de atividades locais (comércio de insumos e implementos agrícolas, material de construção, eletrodomésticos, etc.). (MEDEIROS, 2003, 54).

Gerd Sparovek, no texto já citado, analisou e avaliou quantitativamente a qualidade dos assentamentos, mostrando que o valor médio calculado de qualidade de vida dos assentamentos no Brasil foi de 54 (sendo o índice mínimo de 0 e máximo de 100) entre 1999 a 2001. Isso mostra que o desenvolvimento dos assentamentos possuiu índices dentro da média; contudo, o desenvolvimento e as melhorias dos assentamentos ocorrem de forma lenta, gradual e incompleta. Além disso, ele observa que as regiões com menores valores foram as regiões Nordeste e Norte (onde se observam os maiores índices de famílias assentadas recebendo BF), e com os maiores valores, Sudeste e Centro-Oeste.

Conclusão:

A partir desses dados, com base na bibliografia, o trabalho vai procurar observar e levantar hipóteses sobre as razões que levam as famílias assentadas a receberem o Bolsa Família, uma vez que a própria política de assentamentos, segundo apontado acima, deveria criar condições para a superação das situações de pobreza.

Bibliografia:

¹ WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. 2006. 67, 70/131. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo

² INCRA, Painel dos assentamentos. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index/php>, consulta em: 04/2015.

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo decreto nº1.110, de 9/07/1970, atualmente o Incra é subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e está presente em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. www.incra.gov.br

⁴ SPAROVEK, Gerd. *A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária*. 2003.

⁵ MEDEIROS, Leonilde. *Reforma Agrária*, 2003 p.54. São Paulo, Perseu Abramo.

ⁱ Informação sem referência à data no site. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>